

PEQUENA NOTA SÔBRE A INCORPORAÇÃO DE NEUCHÂTEL (NEUEBURG) À SUIÇA (*).

Durante a Idade Média e a Época Moderna, inúmeras regiões da Europa passaram da soberania dum país para outro, sem levar em conta os interesses, a religião, a língua e os costumes dos seus habitantes. O que importava era o território pertencer a uma família e, nestas condições, êle poderia ser partilhado entre os herdeiros do soberano falecido como se fôsse uma mera propriedade imobiliária ou então ser incorporado ao território vizinho, apenas porque seu príncipe fôra o beneficiado na herança. Evidentemente tal costume derivava do Feudalismo, estabelecido na Europa nos meados do século IX e que se prolongou, pelo menos sob alguns aspectos, até a época da Revolução Francesa. Um exemplo bem frisante do que afirmamos pode ser encontrado nas vicissitudes por que passou o principado de Neuchâtel até ser incorporado, como cantão, à Confederação Helvética.

*

Em 1288 o Imperador Rodolfo de Habsburgo acampou em Berna. Ao seu acampamento compareceu Raul, conde de Neuchâtel, devolvendo o seu feudo ao Império e pedindo que nêle fôsse investido o duque João da Borgonha-Chalons. O Imperador deferiu o pedido e Raul recebeu logo depois Neuchâtel, mas agora como feudo da Borgonha. Para maior garantia Raul tornou-se cidadão da cidade de Friburgo na Suíça, assim como de Berna.

Nas guerras entre a Suíça e Carlos-o-Temerário, duque da Borgonha, Neuchâtel colocou-se do lado dos suíços. No fim do século XV o sistema feudal começou a enfraquecer-se e por isso os príncipes de Neuchâtel começaram a reconhecer como

(*) — Esta nota foi redigida com informações prestadas pelo Prof. Ernst Marcus, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

única autoridade tendo poder sôbre êles o Imperador do Sacro Império Romano Germânico.

Depois da morte de Francisco, um irmão de Maria Stuart, que faleceu prematuramente aos 16 anos, a região escolheu como príncipe, um conde da casa Longueville-Bourbon e, em 1648, no tratado de paz da Guerra dos Trinta Anos, o principado foi mencionado, pela primeira vez, como Estado soberano.

Em 1685 foi revogado o “Édito de Nantes”, em consequência da intranquilidade que se seguiu, o principado resolveu tomar parte na aliança que combateu Luís XIV. Logo a seguir, morreu o último príncipe da casa de Longueville (1694) e a irmã dêste apareceu no principado para investir no cargo vago um cavaleiro de Soissons a quem ela teria doado a região. Os habitantes de Neuchâtel protestaram, declarando que era sua soberana, precisamente a duquesa de Nemours, Maria de Orleans, e não êsse cavaleiro que consideravam espúrio. Essa resolução nunca foi revogada, de maneira que a Casa de Orleans ainda hoje teria, pelo menos teòricamente, os seus direitos sôbre Neuchâtel. Todavia, a duquesa não quis aceitar a decisão da população de Neuchâtel e o chanceler em exercício indicou Guilherme de Orange (rei da Inglaterra com o nome de Guilherme III), herdeiro da Casa Nassóvia-**Chalons-Orange**. Êste príncipe aceitou a investidura e na paz de Rijswijk (1697), conservou o seu direito ao principado.

Depois da morte da duquesa de Nemours (1707) e da de Guilherme de Orange (1702), que não teve filhos, o direito ao principado de Neuchâtel passou para o rei da Prússia, filho duma irmã de Guilherme de Orange, chamada Luísa. Foi alegado para essa transmissão o fato do feudo outrora ter passado do Império para a Casa de Châlons, como já vimos. Mas é também possível que a questão confessional tivesse influenciado essa decisão do “Grande Conselho de Neuchâtel”, pois a Casa Hohenzollern era, naquela época, rigorosamente reformada (calvinista) e o predecessor do rei Frederico I tinha abrigado muitos refugiados oriundos da migração ocasionada pela revogação do “Édito de Nantes”.

Em 1806 o rei da Prússia teve que ceder o principado a Napoleão Bonaparte, mas conseguiu recuperá-lo em 1814. Atritos com a monarquia prussiana não faltaram, principalmente porque a justiça de Neuchâtel empregava ainda, como aconteceu em 1820, a tortura e a fogueira para punir os seus criminosos. Em geral o principado foi muito bem tratado pelos

reis da Prússia. Entretanto, devido a revolução de 1848, Neuchâtel separou-se da Prússia, que em 1857 renunciou definitivamente ao principado. Este, desde então, pertence à Confederação Helvética.

E. SIMÕES DE PAULA

Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.